

ARTIGO

SOBRE O DISCURSO DO MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO

(On the discourse of the movement Escola Sem Partido)

(Sobre el discurso del movimiento Escola sem Partido)

Edmundo Narracci Gasparini ¹
(Universidade Federal de São João del-Rei)

Recebido em: julho de 2020
Aceito em: fevereiro de 2021
DOI: 10.26512/les.v22i1.32790

¹ Professor do Departamento de Letras, Artes e Cultura e do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, gaspar@ufs.j.edu.br.

RESUMO

Neste artigo, analisamos o discurso do movimento Escola sem Partido a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso elaborada por Michel Pêcheux. O corpus da pesquisa foi constituído por sequências discursivas extraídas do site do movimento.

A análise realizada indicou que o discurso do Escola sem Partido se constitui na confluência entre uma lógica militar de guerra ao inimigo interno, lógica autoritária de acordo com a qual o professor é colocado no lugar do inimigo a ser combatido, e o universo jurídico das leis, direitos e deveres, com o professor configurado como abusador dos direitos dos alunos.

Palavras-chave: Discurso. Ideologia. Escola sem Partido.

ABSTRACT

In this article, we analyzed the discourse of Escola sem Partido based upon the Discourse Analysis developed by Michel Pêcheux. The corpus is made up of discursive extracts which were taken from the movement's website. The analysis indicated that the discourse of Escola sem Partido is constituted in the confluence between a military logic of war against the internal enemy, an authoritarian logic according to which teachers / professors are placed in the position of the enemy to be fought against, and the universe of law, rights and duties, with teachers / professors represented as abusers of students' rights.

Keywords: Discourse. Ideology. Escola sem Partido.

RESUMEN

En este artículo, analizamos el discurso del movimiento Escola sem Partido a partir de los supuestos teóricos y metodológicos del Análisis del discurso desarrollado por Michel Pêcheux. El corpus de investigación consistió en secuencias discursivas extraídas del sitio del movimiento. El análisis indicó que el discurso de Escola sem Partido consta de la confluencia entre una lógica militar de guerra contra el enemigo interno, una lógica autoritaria según la cual el maestro se coloca en el lugar del enemigo a combatir, y el universo legal de las leyes, derechos y deberes, con el maestro configurado como un abusador de los derechos de los estudiantes.

Palabras clave: Discurso. Ideología. Escola sem Partido.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O movimento Escola sem Partido foi idealizado pelo advogado paulistano Miguel Nagib no ano de 2004. De acordo com o idealizador do movimento, o Escola sem Partido seria totalmente apartidário e teria o objetivo de combater o uso do sistema educacional para fins políticos, ideológicos e partidários e o de defender o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos (cf. SANTA BÁRBARA *et al.*, 2018). De acordo com Nagib, o movimento foi inspirado no Código de Defesa do Consumidor e propôs-se a proteger a parte mais vulnerável na relação professor-aluno.

Discutindo o jogo de relações que caracteriza a sociedade brasileira, Frigotto (2018) refere-se ao “solo estrutural” no qual se posiciona o Escola sem Partido, articulado estreitamente, segundo o autor, ao processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 ². Segundo Frigotto, foram insuportáveis para a classe dominante brasileira pequenas mas significativas conquistas dos

² Santa Bárbara *et al.* (2018) indicam que o movimento Escola sem Partido, instituído em 2004, ganha vulto justamente em 2016, ano do impedimento de Dilma Rousseff.

movimentos sociais, sindicatos e partidos vinculados às lutas dos trabalhadores. A classe dominante, de acordo com o autor, não admitiu abrir mão de lucros e privilégios. Eis a razão subjacente ao golpe de 2016, segundo o autor. Frigotto menciona os elementos de sustentação de tal processo: a grande mídia, confederações e institutos privados que representam os detentores do capital, setores e figuras do judiciário, setores do ministério público e da polícia federal, algumas igrejas evangélicas. No campo da educação, o autor menciona os programas Todos pela educação e Escola sem Partido.

De acordo com Frigotto (2018), portanto, o movimento Escola sem Partido articula-se a relações de classe no âmbito da sociedade brasileira, inserindo-se no contexto de um antagonismo entre classe dominante, por um lado, e movimentos sociais, sindicatos e partidos vinculados às lutas dos trabalhadores, por outro. De forma a explorar a argumentação de Frigotto (2018), pretendemos abordar o Escola sem Partido como discurso, amparados na Análise do Discurso elaborada por Michel Pêcheux. Levando em consideração a articulação estabelecida por Frigotto entre Escola sem Partido, golpe de 2016 e interesses da classe dominante brasileira (em detrimento de movimentos sociais, sindicatos e partidos vinculados às lutas dos trabalhadores), investigar o Escola sem Partido como discurso pode incrementar a compreensão da engrenagem discursiva intrincada ao jogo de relações de classe na sociedade brasileira.

Penna (2018) indica que o discurso do Escola sem Partido não foi devidamente enfrentado e tem exercido impacto significativo na sociedade brasileira, o que pode ser visto, por exemplo, na proposição de projetos de leis que incorporam suas ideias. O presente artigo configura-se, para nós, como uma forma de enfrentamento deste discurso. Tal enfrentamento corresponde a uma tomada de posição teórica que se propõe a identificar efeitos ideológicos de sentido aí produzidos e contribuir para uma compreensão da engrenagem discursiva articulada ao jogo de relações de classe na sociedade brasileira.

Este artigo tem como objetivo geral, portanto, investigar o discurso do Escola sem Partido assim como veiculado pelo *site* do movimento. O trabalho se fundamenta na ideia de que este discurso corresponde a um espaço de *produção de efeitos de sentido*, produção que se constitui em relação a “*posições de classes* em conflito umas em relação às outras” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2007, p. 28, destaque dos autores). Através da análise de sequências discursivas extraídas do *site* do Escola sem Partido, pretendemos cumprir os seguintes objetivos específicos: 1) identificar efeitos de sentido que são (re)produzidos no discurso do movimento e 2) contribuir para a compreensão do jogo discursivo articulado a relações de classe na sociedade brasileira.

Na próxima seção, apresentaremos os elementos teóricos que fundamentam o trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Penna (2018) aborda o movimento Escola sem Partido “como um discurso que vem sendo compartilhado desde 2004” (PENNA, 2018, p. 35). Segundo o autor, quatro elementos caracterizam esse discurso. O primeiro refere-se ao fato de que o discurso do Escola sem Partido coloca em cena uma concepção de escolarização, qual seja, aquela que dissocia entre o ato de educar – este, prerrogativa da família e da religião – e o ato de instruir, com o professor despontando como transmissor de um “conhecimento neutro”. O segundo elemento refere-se a uma desqualificação do professor, desqualificação que se articula, na discussão feita pelo autor, à perspectiva da educação como uma relação de consumo e a uma lógica de mercado: como consumidores, pais e alunos têm direito de demandar o que quiserem do prestador de serviço. O terceiro elemento é o uso de estratégias discursivas fascistas³, um discurso de ódio voltado aos professores, supostos agentes de doutrinação político-ideológica (há no *site* um canal de denúncias, o que segundo Penna promove uma atmosfera de conspiração e denunciismo). Por fim, o quarto elemento refere-se à defesa do poder total dos pais sobre os filhos, com ênfase na ideia de “ideologia de gênero”, que seria uma ideologia antifamília, uma tentativa de transformar os jovens em gays e lésbicas, um ataque à família.

Partilhamos com Penna (2018) a ideia de abordar o Escola sem Partido como discurso. Contudo, nosso trabalho se distingue do estudo de Penna no sentido de que pretendemos explorar, em consonância com as elaborações de Michel Pêcheux, as consequências de investigar o Escola sem Partido como um *discurso*, isto é, como espaço no qual confluem a materialidade da língua e a materialidade da história. Para que tal espaço seja abordado, faz-se necessária uma *análise* que, de acordo com Pêcheux (1997b), transcorra na alternância entre uma descrição da materialidade linguística e uma interpretação que possibilite identificar efeitos linguísticos materiais na história. Conforme indica Pêcheux no texto *Ler o arquivo hoje*, “É esta relação entre *língua* como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (PÊCHEUX, 1994, p. 63, destaques do autor).

Em nossa proposta de investigar o movimento Escola sem Partido como espaço discursivo, tomamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, 1997a). O discurso corresponde, assim, a um espaço no qual se produzem efeitos de sentido, efeitos regidos, de acordo com Pêcheux, pelas condições de produção do discurso. Generalizando o que Pêcheux (1997a) propõe

³ Penna cita Manoel Loff, historiador português: “Ao acusar o PT de ter ‘infiltrado’ a escola para nela fazer ‘doutrinação ideológica marxista’, a direita brasileira procede a uma pobre reprodução do que os antissemitas alemães acusavam os judeus em 1930” (LOFF apud PENNA, 2018, p. 42).

acerca do discurso político, um discurso corresponde a “um certo *lugar* no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1997, p. 77, destaque do autor).

A esse respeito, importa mencionar o conceito de formação ideológica. Segundo Pêcheux, Haroche e Henry (2007),

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir – como uma força confrontada a outras forças – na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um momento dado. Cada formação ideológica constitui desse modo um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” e nem “universais”, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas em relação às outras. (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2007, p. 28, destaques dos autores).

O conceito de formação ideológica é relevante na medida em que permite vislumbrar o fato de que o jogo discursivo produtor de sentido está intimamente articulado às formações ideológicas, isto é, a um conjunto de “atitudes” e “representações” relacionadas a “*posições de classes* em conflito umas em relação a outras” (PÊCHEUX; HAROCHE; HENRY, 2007, p. 28, destaque dos autores). Na perspectiva delineada pelos autores, o discurso se situa no seio de relações antagonistas de força constitutivas de uma formação social. Tal elemento reveste-se de importância para este trabalho, que tem como um de seus objetivos específicos contribuir para a compreensão do jogo discursivo articulado a relações de classe na sociedade brasileira.

Uma formação ideológica contém, como componentes, formações discursivas, definidas por Pêcheux como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (PÊCHEUX, 1988, p. 160, destaque do autor). A formação discursiva não é senão o espaço da produção de efeitos de sentido. Em outras palavras, a formação discursiva é espaço no qual se desdobram processos discursivos constitutivos do sentido, processos que se inserem em uma formação ideológica dada.

Tomado como efeitos de sentido entre locutores, o discurso não corresponde a uma transmissão de informações de um destinador a um destinatário. A perspectiva da “comunicação de informações” desponta, a partir da teorização de Pêcheux sobre o discurso, como uma evidência ideológica. Sobre esse ponto, importa destacar que a ideologia, pensada por Althusser (1998) como estrutura e funcionamento, coloca em cena tanto um reconhecimento quanto um desconhecimento. Se a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, como diz Althusser, faz-se então necessário considerar seu funcionamento paradoxal. Ao mesmo tempo em que determina o sujeito, promovendo

um reconhecimento de si e do outro na relação especular com o Sujeito ⁴, a ideologia elide sua própria determinação: o sujeito desconhece seu assujeitamento, tomando-se como causa de si, como fonte e origem de seu fazer e seu dizer. É nesse sentido que a perspectiva de uma “comunicação de informações” é da ordem do engodo produzido pela ideologia: na medida em que supostamente corresponderia a uma transmissão de informações de um locutor que “sabe o que diz” a um interlocutor que seria capaz de captar a mensagem de acordo com as intenções do locutor.

O trabalho do analista do discurso é justamente este: para além daquilo que explicitamente se diz, para além da intenção do locutor, desvelar o jogo de efeitos de sentido – condicionado pela posição da qual se fala – que se produz numa tomada de palavra. Para que isso seja feito, o analista se vê confrontado com o desafio de lidar com a materialidade linguística do discurso. Afinal, é justamente nessa materialidade que se produzem os efeitos de sentido entre locutores.

De acordo com Pêcheux (1988), os efeitos de sentido constitutivos do discurso são produzidos justamente a partir das relações entre elementos linguísticos no âmbito de uma formação discursiva: “a expressão processo discursivo passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1988, p. 161). Nosso esforço na análise aqui apresentada, portanto, dar-se-á no sentido de identificar efeitos de sentido que se produzem a partir de relações entre significantes no âmbito do discurso veiculado pelo *site* do Escola sem Partido.

Na próxima seção, abordaremos os elementos teórico-metodológicos nos quais se sustenta o trabalho.

2. ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

O *corpus* analisado é constituído por sequências discursivas extraídas do *site* do movimento Escola sem Partido (<https://escolasempartido.org/>) nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2020 ⁵. As sequências discursivas vêm acompanhadas da seção do *site* de onde foram extraídas. Na análise das sequências, valemo-nos da indicação de Pêcheux (1988), mencionada anteriormente, de que um processo discursivo se define a partir do sistema de relações que funcionam entre significantes em uma formação discursiva. Ainda de acordo com Pêcheux,

⁴ Althusser (1998) traça uma distinção entre o sujeito (interpelado) e o Sujeito (com maiúscula), este último se referindo ao elemento central, em todo edifício ideológico, em relação ao qual o indivíduo é interpelado em sujeito: Deus, a Humanidade, o Capital, a Nação, etc. Na relação especular com o Sujeito, o sujeito se reconhece como “eu” na relação consigo mesmo e com outros sujeitos, ao mesmo tempo em que desconhece sua submissão ao Sujeito e as determinações que advêm dessa submissão.

⁵ Em função de possíveis alterações / atualizações no *site* do *Escola sem Partido*, é possível que algumas das sequências discursivas incluídas neste artigo tenham sido retiradas do *site*.

uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado à sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (PÊCHEUX, 1988, p. 161, destaque do autor)

As sequências discursivas foram analisadas, portanto, colocando em destaque relações entre significantes que produzem efeitos de sentido que, em nossa leitura, são relevantes para uma caracterização do discurso do Escola sem Partido. Os efeitos de sentido serão identificados tendo como referência a oposição X CONTRA Y, oposição que, como teremos oportunidade de demonstrar, é estruturante do discurso investigado. Em nossa identificação de efeitos de sentido em torno desta oposição fundamental, abordaremos os elementos que ocupam os lugares de X e Y na estrutura X CONTRA Y, em consonância com a indicação de Pêcheux (1988) de que um processo discursivo se constitui a partir do sistema de relações estabelecidas entre significantes em uma formação discursiva.

É, portanto, através de um *olhar* às constelações significantes em torno da oposição X CONTRA Y que identificaremos efeitos de sentido (re)produzidos no discurso veiculado pelo *site* do Escola sem Partido. Em nossa análise, o *olhar* do analista assume relevância, uma vez que a Análise do Discurso é, conforme indicou Pêcheux (1997b), uma disciplina de interpretação. Conforme pontuamos acima, nossa análise será realizada na alternância entre a *descrição* e a *interpretação*. Descrição e interpretação não correspondem, de acordo com Pêcheux, a duas fases sucessivas – não se trata de “descrever primeiro para interpretar depois”. Trata-se, antes, de um batimento, uma alternância na qual a descrição da materialidade linguística – já sob efeito do olhar do analista – abre para a interpretação, isto é, possibilita identificar “efeitos linguísticos materiais na história” (PÊCHEUX, 1994, p. 63).

Portanto, a análise a ser realizada aqui transcorrerá na alternância entre 1) a descrição da materialidade linguística de sequências discursivas extraídas do *site* do movimento Escola sem Partido, com vistas a destacar relações significantes em torno da estrutura de oposição X CONTRA Y e 2) a interpretação do analista, afetada pelo propósito de contribuir para a compreensão do jogo discursivo articulado a relações de classe na sociedade brasileira.

Passemos agora à análise do *corpus*.

3. ANÁLISE

3.1 Oposição, pré-construído, interpelação

O discurso do Escola sem Partido é marcado por uma polarização, uma oposição que pode ser expressa na forma X CONTRA Y, forma que corresponde, em nossa leitura, à estrutura fundamental de tal discurso. Da página de entrada do *site* extraímos a seguinte sequência discursiva:

SD 1

Diga não à doutrinação nas escolas e universidades. Junte-se ao Escola sem Partido.

Atuando desde 2004, o Movimento Escola sem Partido é reconhecido nacionalmente como a mais importante e consistente iniciativa contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária. (Página de entrada)

De início, vê-se marcada a oposição ao que seria uma *doutrinação nas escolas e universidades* e ao suposto *uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária*. Oposição que pode ser vislumbrada tanto na intimação *Diga não à doutrinação...* quanto na menção a uma *iniciativa contra o uso...* Na sequência ora analisada, temos

X = Escola sem Partido

Y= doutrinação nas escolas e universidades

uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária

A próxima sequência discursiva, extraída da seção “Sobre Nós” do *site* do movimento, corresponde também a uma materialização da forma X CONTRA Y:

SD 2

Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar. (seção “Sobre nós”)

Onde

X=uma lei

Y=abuso da liberdade de ensinar

Nota-se em SD2 o elemento contra o qual se coloca o Escola sem Partido através da invocação da *lei*: o *abuso da liberdade de ensinar*. Sobre tal invocação, e conforme abordaremos adiante, o discurso do Escola sem Partido é marcado por um constante apelo ao registro da *lei*, tanto no que se refere a leis existentes (como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Defesa do Consumidor) quanto a leis a serem instituídas. A esse respeito, vale destacar que o *site* do Escola sem Partido inclui anteprojeto de lei a serem propostos em nível municipal, estadual e federal com o objetivo de instituir como lei o “Programa Escola sem Partido”.

Listemos algumas denominações para aquilo a que se opõe o Escola sem Partido, ou seja, alguns elementos que, no *site* do movimento, assumem o lugar de Y na forma X CONTRA Y:

- 1- doutrinação (nas escolas e universidades)

2- doutrinação ideológica	
3- (prática da) doutrinação política e ideológica	nas escolas
	em sala de aula
4- prática antiética e ilícita,	que se desenvolve no segredo das salas de aula
práticas ilícitas,	violadoras de direitos e liberdades fundamentais dos estudantes e de seus pais ou responsáveis
5- usurpação do direito dos pais	dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções
6- contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior	
7- uso	das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária
	da máquina do Estado – que compreende o sistema de ensino – para a difusão das concepções políticas ou ideológicas de seus agentes
8- abuso (intolerável)	da liberdade de ensinar
abuso	de poder por parte dos agentes do Estado

Tais elementos comparecem, no fio do dizer, como evidentes. A intimação *Diga não à doutrinação nas escolas e universidades* (SD1, acima), por exemplo, configura a *doutrinação nas escolas e universidades* como um elemento evidentemente existente: cria-se o efeito “é evidente que há doutrinação nas escolas e universidades”. Impossível não lembrar aqui da indicação de Althusser (1998) segundo a qual o efeito característico da ideologia é

impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de ‘evidências’) as evidências como evidências, que não podemos deixar de *reconhecer* e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no ‘silêncio da consciência’): ‘é evidente! é exatamente isso! é verdade!’ (ALTHUSSER, 1998, p. 94-95, destaque do autor)

Outras sequências discursivas poderiam ser abordadas de forma a demonstrar que os elementos que compõem a lista acima correspondem a objetos discursivos que se apresentam como evidentes. Vejamos mais uma, extraída da seção “Sobre nós” do *site*:

SD3

O Escola sem Partido se divide em duas vertentes muito bem definidas, uma, que trabalha à luz do Projeto Escola sem Partido, outra, o uma associação informal de pais, alunos e conselheiros preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior. (seção “Sobre nós”)

Uma vez que se faz referência a pais, alunos e conselheiros preocupados com a *contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior*, projeta-se ao mesmo tempo a contaminação político-ideológica das escolas e universidades como um elemento evidentemente existente. Deparamo-nos aqui com a categoria do pré-construído, ou seja, uma discrepância entre a construção do sintagma na linearidade do dizer – isto é, no registro do intradiscurso – e algo que fala “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1988, p. 162), remetendo, portanto, ao interdiscurso ⁶. Tal discrepância corresponde, como indica Pêcheux, à irrupção, no fio do discurso, de um elemento pré-construído no interdiscurso que interpela o indivíduo em sujeito: “Podemos [...] considerar o efeito de pré-construído como a modalidade discursiva pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito... ao mesmo tempo em que é ‘sempre-já sujeito’” (PÊCHEUX, 1988, p. 156).

É na medida em que uma realidade e seu sentido é fornecida/imposta que o indivíduo – sempre-já sujeito – é interpelado em sujeito ⁷. Na interpelação via discurso do Escola sem Partido, a *contaminação político-ideológica* desponta como uma realidade evidente. Efeito, portanto, da ideologia na materialidade da língua, conforme indicamos acima a partir das considerações de Althusser (1998). Na oposição X CONTRA Y, os pré-construídos que compõem o elemento Y interpelam o indivíduo em sujeito fornecendo / impondo uma realidade e seu sentido. Em outras palavras, Y desponta como uma realidade evidente, engendrando, via discurso, a interpelação do indivíduo em sujeito. Ponto no qual se sustenta o discurso do Escola sem Partido e a oposição que lhe constitui: tal oposição demanda que se construa a *contaminação político-ideológica das escolas brasileiras* como uma evidência.

⁶ Na condição de algo que fala “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1988, p. 162), o interdiscurso relaciona-se ao nível da constituição dos efeitos de sentido. O intradiscurso, por sua vez, é definido por Pêcheux (1988) como o “fio do discurso” enquanto discurso de um sujeito. Remete, portanto, ao nível da linearidade do dizer.

⁷ Na indicação de que o indivíduo é interpelado em sujeito, o indivíduo desponta como figura mítica, na medida em que nunca há o indivíduo “puro”, não interpelado. Althusser (1998) debate este ponto recorrendo a Freud e indicando que, antes mesmo de nascer, o “indivíduo” já é interpelado através dos rituais ideológicos que envolvem a espera de um nascimento.

A oposição constitutiva do discurso do Escola sem Partido apresenta, contudo, algumas nuances linguisticamente marcadas. É o que abordaremos nas próximas seções.

3.2 A oposição como guerra ao inimigo interno

Vejamos SD 4, extraída da seção “Sobre nós” do *site* do Escola sem Partido:

SD4

Escola sem Partido, é uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior.

A pretexto de transmitir aos alunos uma “visão crítica” da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo.

Como membros da comunidade escolar – pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais –, não podemos aceitar esta situação.

Entretanto, nossas tentativas de combatê-la por meios convencionais sempre esbarraram na dificuldade de provar os fatos e na incontornável recusa de nossos educadores e empresários do ensino em admitir a existência do problema.

Ocorreu-nos, então, a idéia de divulgar testemunhos de alunos, vítimas desses falsos educadores. Abrir as cortinas e deixar a luz do sol entrar. Afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, “a little sunlight is the best disinfectant”. (seção “Sobre nós”, destaques nossos)

Vale destacar o jogo metafórico a partir do qual os professores são significados como *um exército organizado de militantes travestidos de professores, falsos educadores*. Trata-se, assim, de *combater* uma situação, qual seja, aquela na qual o *exército de falsos educadores* impinge aos alunos sua visão de mundo. Retomando a forma X CONTRA Y, temos

X= Escola sem Partido

Y= exército organizado de militantes travestidos de professores
falsos educadores

Vê-se que o combate porta, de acordo com SD4, elementos de “tática” e “estratégia”: o Escola sem Partido traça a estratégia da *iniciativa conjunta*, desloca-se dos *meios convencionais* de combate em direção à *divulgação do testemunho dos alunos-vítimas*. O inimigo-professor, por sua vez, se *organiza*, dissimula, *traveste-se* de professor, integra um *exército organizado de militantes travestidos de professores*. Em nossa leitura, a oposição expressa na forma X CONTRA Y é significanda em SD 4 em termos militares, despontando como guerra. A questão a ser respondida, a partir do que formulamos aqui, é a seguinte: em que se sustenta este efeito bélico de sentido a partir

do qual a oposição X CONTRA Y é significada como guerra? Guerra na qual se opõem, por um lado, o Escola sem Partido e, por outro, o *exército organizado de militantes travestidos de professores*? De que região do interdiscurso provém tal significação bélica?

Nossa resposta passa por uma retomada da conjuntura sociopolítica pós Segunda Guerra Mundial, particularmente no que se refere à Guerra Fria e seus desdobramentos na América Latina, elementos que serão abordados sucintamente a partir das considerações de Fernandes (2009) e Andrade (2019). Com o término da Segunda Guerra Mundial, a política externa norte-americana voltada à América Latina pautou-se pela contenção da União Soviética com o propósito de impedir a expansão do comunismo. Nesse contexto, estreitaram-se os vínculos entre os exércitos latino-americanos e o Pentágono, com expansão da defesa nacional dos Estados Unidos para a América Latina. De acordo com Fernandes,

[...] ao longo da década de 1950, começaram a se constituir os elementos concretos que possibilitariam a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e difundida através das escolas militares, para a América Latina. As ditaduras que se estabeleceram no Cone Sul tiveram como sustentação ideológica os preceitos dessa doutrina. (FERNANDES, 2009, p. 834)

A Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelo Conselho de Segurança Nacional americano e adaptada pela Escola Superior de Guerra do Brasil, constitui-se como elemento fundamental na qualificação das Forças Armadas brasileiras no contexto da ditadura civil-militar instituída no Brasil a partir do golpe de 1964, e tinha como base um “virulento anticomunismo” (FERNANDES, 2009, p. 237). Relevante na perspectiva do combate à ameaça interna comunista, e elemento chave na Doutrina de Segurança Nacional, o conceito de “inimigo interno” amparava-se na ideia de que a ameaça comunista não se faria presente mediante um ataque externo, mas seria insuflada dentro das fronteiras nacionais do Brasil.

Um elemento fundamental no conceito de inimigo interno é sua “indefinição”. Eis o que, segundo Fernandes (2009), gera eficiência à Doutrina de Segurança Nacional e às medidas repressivas que são adotadas. De acordo com a autora,

O inimigo passa a ser visto como sinônimo desde grupos armados de esquerda, partidos democrático-burgueses de oposição, trabalhadores e estudantes, setores progressistas da Igreja, militantes de Direitos Humanos até qualquer cidadão que simplesmente se opusesse ao regime; ou seja, é importante manter o conceito elástico para que haja possibilidade de enquadrar novos grupos como comunistas. Isto pode ser apreendido nas palavras do chefe do Estado-Maior do Exército brasileiro, Breno Borges Fortes, na X Conferência de Comandantes em Chefe de Exércitos americanos, em Caracas, no ano de 1973: “O inimigo é indefinido, serve-se do mimetismo e adapta-se a qualquer ambiente, utilizando todos os meios, lícitos ou ilícitos, para atingir seus objetivos. Mascara-se de padre ou *professor*, de aluno ou

camponês, de vigilante defensor da democracia ou de intelectual avançado”. (FERNANDES, 2009, p. 838, destaque nosso)

A elasticidade do conceito de inimigo interno articula-se, no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional, à categoria da “guerra não declarada de agressão indireta” (FERNANDES, 2009, p. 250), de acordo com a qual o comunismo se utilizaria de uma estratégia indireta, *infiltrando-se* em toda a sociedade. É nessa perspectiva que a fala do chefe do Estado-Maior do Exército, na citação acima, faz menção a um inimigo indefinido, que se serve do mimetismo, mascarando-se inclusive de professor.

Em nossa leitura, o efeito de sentido segundo o qual a oposição X CONTRA Y, constitutiva do discurso do movimento Escola sem Partido, é significada em termos de uma guerra contra *militantes travestidos de professores, falsos educadores*, se sustenta no que Andrade (2019) chama de “lógica militar da guerra ao inimigo interno”. Tal lógica autoritária se configura, segundo o autor, como uma das racionalidades políticas que se articulam, na história do Brasil, ao neoliberalismo. Discutindo a história das transformações de tal racionalidade desde a ditadura militar instaurada em 1964, o autor indica que a “guerra não-declarada indireta” (ANDRADE, 2019, p. 51) – mencionada acima em nossa retomada das elaborações de Fernandes (2009) – caracteriza-se por um conflito entre partes da população. Nessa perspectiva, as forças revolucionárias não empregariam necessariamente a força armada, mas abrangeriam iniciativas de oposição *organizada* para desafiar as políticas de estado. Tais iniciativas assumiriam uma forma ideológica e psicológica, conquistando as mentes do povo e incitando a rebelião. Com vistas a evitar a subversão, seria então preciso combater os “inimigos internos”, que agiriam de modo *oculto*, e que poderiam ser potencialmente toda a população.

Interessa-nos dar destaque à indicação de Andrade (2019), plena de relevância para a análise aqui realizada, de que “o inimigo interno pode ser deslocado e preenchido conforme as circunstâncias e a construção discursiva” (ANDRADE, 2019, p. 52). Em nossa leitura, o discurso do movimento Escola sem Partido, afetado pela lógica autoritária da guerra ao inimigo interno, preenche o lugar indefinido do inimigo com o exército organizado/dissimulado de professores e a doutrinação política e ideológica nas escolas e universidades. No discurso do Escola sem Partido, os professores, configurados como *doutrinadores* pertencentes a um *exército organizado* de *falsos educadores*, ocupam o lugar do inimigo interno, e devem, portanto, ser combatidos.

Combatidos inclusive através de sua eliminação. A ação de “eliminar” o inimigo é explicitamente mencionada no Manual Básico da Escola Superior de Guerra como uma das medidas a serem tomadas para lidar com o processo subversivo e garantir a segurança interna. Ao lado do “evitar” e do “prevenir”, o “eliminar” corresponde a “uma ação para destruir o mecanismo e

neutralizar os dirigentes do processo subversivo em andamento” (MANUAL BÁSICO apud FERNANDES, 2009, p. 850). A esse respeito, importa destacar de SD4 o enunciado *a little sunlight is the best disinfectant* (um pouco de luz do sol é o melhor desinfetante), mantido em inglês no *site*, enunciado que teria sido dito por um conhecido juiz americano... Face à *contaminação político-ideológica das escolas*, propõe-se um *desinfetante*, aliás, o *melhor desinfetante*, um *pouco de luz do sol*. As escolas e a universidade estariam, portanto, contaminadas pela doutrinação, e devem, assim, ser desinfetadas, descontaminadas. Assim, temos

X= Escola sem Partido

luz do sol

o melhor desinfetante

Y= professores

falsos educadores

contaminação político-ideológica das escolas brasileiras

Produz-se aqui um efeito metafórico de sentido a partir do qual o combate ao inimigo assume a forma da eliminação como *descontaminação*. Se, por um lado, tal efeito está em consonância com a lógica militar e autoritária de guerra ao inimigo interno, configurando o combate como eliminação do inimigo, ele não deixa de presentificar um elemento novo na conjuntura discursiva que analisamos. Trata-se em nossa leitura de um efeito de sentido relativo à assepsia, que chamaremos de efeito asséptico... Efeito que, em aliança com a lógica militar do inimigo interno, configura os professores como *contaminação* e o movimento Escola sem Partido como *luz do sol*, o *melhor desinfetante* para eliminar a *contaminação político-ideológica das escolas brasileiras*.

O efeito de assepsia identificado na análise merece ser investigado de forma mais detida, o que não faremos aqui. Indicaremos apenas que, por uma (in)feliz coincidência, no momento em que escrevemos estas linhas (maio de 2020) tomamos conhecimento de um vídeo de autoria desconhecida que, tendo circulado em redes sociais, defendia uma intervenção militar e apoiava o presidente Jair Bolsonaro. No vídeo, ouve-se “Imagina que você tivesse o poder de tirar do governo todos os corruptos de uma só vez, promovendo assim um saneamento das instituições”. Afirma-se também que “Há, sim, uma maneira de promover uma limpeza em todas as instituições. Se chama intervenção militar”. Vislumbramos no vídeo o efeito de assepsia que identificamos na análise, a sujeira sendo relacionada à corrupção e o *saneamento* e a *limpeza* sendo associados à intervenção militar.

A oposição X CONTRA Y, construída em SD4 como desinfecção, reveste-se no discurso do movimento Escola sem Partido de outra nuance, desta vez de ordem jurídica. Discutiremos tal nuance na próxima seção.

3.3 A oposição X CONTRA Y e o universo das leis, direitos e deveres

Acerca de SD4, acima, é importante chamar atenção para mais um efeito de sentido que aí se produz: os alunos comparecem como *vítimas* dos *falsos educadores*. A esse respeito, vejamos SD5:

SD5

Considerando que a maior parte dessas vítimas é formada por indivíduos vulneráveis, em processo de formação, o Poder Público deve agir preventivamente para proteger esses indivíduos contra essa prática antiética e ilícita, que se desenvolve no segredo das salas de aula. É isto o que prescreve o artigo 70 do ECA.

Seja como for, a Constituição assegura ao estudante, como a qualquer brasileiro, o direito de ser informado sobre seus próprios direitos. Nisso consiste a essência do conceito de cidadania. (seção “FAQ”)

Em SD5, desenha-se uma oposição entre o *Poder Público* invocado e uma *prática antiética e ilícita*. Assim, temos

X= o Poder Público

Y= prática antiética e ilícita, que se desenvolve no segredo das salas de aula

Contudo, à oposição X CONTRA Y acrescenta-se em SD5 um elemento, qual seja, o estudante configurado como *vítima vulnerável*, a ser *protegida* pelo poder público. Como complemento da configuração do professor como realizador de uma *prática ilícita*, desponta o estudante como vítima. A relação de complementaridade entre professor-realizador-de-uma-prática-ilícita e estudante-vítima pode também ser vislumbrada em SD6:

SD6

O ESP é apenas um mecanismo para aumentar o grau de eficácia de normas que já existem. Isto é: um mecanismo para tirar a lei do papel. Ao saber que os alunos estão informados sobre a existência dos Deveres do Professor, os professores tenderão naturalmente a respeitá-los; e, se não o fizerem, os alunos pelo menos saberão que seus direitos estão sendo violados, de modo que os abusadores ficarão expostos a um risco bastante alto de sofrer uma denúncia ou um processo administrativo ou judicial, considerando o número de pessoas que podem se sentir lesadas pelos atos do professor (seção “FAQ”, destaques nossos)

Nota-se em SD6 o efeito de sentido a partir do qual os *professores* comparecem como possíveis *abusadores* que podem *lesar* as vítimas e *violar* seus *direitos*. No cenário discursivo que se delineia aqui – professor-abusador-violador e aluno-vítima – os professores são configurados como tendo *deveres* e os alunos, por sua vez, são representados como possuidores de *direitos*. Professores e alunos são, assim, enquadrados no universo *jurídico*, despontando como detentores de direitos e deveres.

Se o *conceito de cidadania*, mencionado em SD5, remete ao cidadão portador de direitos e deveres perante a lei, SD6 indica que o discurso do Escola sem Partido resignifica a cidadania de forma peculiar: aos alunos, direitos; aos professores, deveres. Há no *site* do movimento uma forte associação entre, por um lado, alunos/pais e direitos e, por outro, entre professores e deveres. Vale destacar que os anteprojetos de lei a serem propostos em nível municipal, estadual e federal, de forma a instituir o “Programa Escola sem Partido”, incluem um artigo segundo o qual as instituições de educação básica devem afixar, na sala dos professores e nas salas de aula, cartazes contendo os “deveres dos professores”, de forma a assegurar que os direitos dos alunos não sejam violados.

Conforme indicamos anteriormente, o discurso do movimento Escola sem Partido é marcado por uma constante *invocação da / apelo à lei*, o que se nota também na menção, em SD5, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e à Constituição Federal. O ponto importante é que com o atravessamento do discurso do Escola sem Partido pelo universo das leis, direitos e deveres, a oposição X CONTRA Y é significada em termos *jurídicos*. Tal atravessamento implica, como indicamos acima, na emergência da figura do aluno como *vítima vulnerável*, complemento da configuração dos professores como realizadores de uma prática *ilícita*, como abusadores / violadores dos direitos dos alunos.

Passemos agora às nossas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise identificou a existência de uma estrutura fundamental, constitutiva do discurso do Escola sem Partido, estrutura que expressamos através da forma X CONTRA Y. Conforme vimos, a oposição X CONTRA Y é significada em relação à “lógica militar da guerra ao inimigo interno” (ANDRADE, 2019) e em relação ao universo jurídico. De acordo com nossa análise, portanto, o discurso do Escola sem Partido se constitui na confluência entre a lógica militar da guerra ao inimigo interno, de acordo com a qual o professor é colocado no lugar vazio do inimigo a ser combatido, e o universo jurídico das leis, direitos e deveres, sendo o professor representado como realizador de uma prática ilícita.

Como vimos, Frigotto (2018) refere-se ao “solo estrutural” no qual se posiciona o Escola sem Partido, em sua estreita articulação com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016. Segundo o autor, “As teses do Escola sem Partido têm sua elaboração e desenvolvimento em setores cada vez mais amplos das forças que construíram e consumaram o golpe jurídico, parlamentar e midiático de 31/8/2016” (FRIGOTTO, 2018, p. 33). Sobre a articulação entre o Escola sem Partido e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, gostaríamos de destacar dois elementos.

O primeiro refere-se à inserção do impeachment de Dilma Rousseff no contexto de um processo de ditaduras e golpes que, segundo Frigotto (2018), funcionam no sentido da manutenção dos privilégios da classe dominante brasileira:

A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura. (FRIGOTTO, 2018, p. 20)

A nos guiarmos pelas elaborações de Frigotto (2018), o Escola sem Partido se insere, por seu vínculo com o impeachment de 2016, em “um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios” (FRIGOTTO, 2018, p. 20). Nossa análise, por seu turno, apontou para os efeitos da lógica militar da guerra ao inimigo interno no discurso do movimento, lógica autoritária que mantém com a ditadura instaurada no Brasil em 1964 um vínculo estreito, como vimos a partir das elaborações de Fernandes (2009) e Andrade (2019). Em consonância com o estudo de Frigotto (2018), a análise aqui realizada aponta para o caráter autoritário do discurso do Escola sem Partido.

O segundo elemento refere-se à menção feita por Frigotto (2018) ao impeachment de 2016 como “golpe *jurídico*, parlamentar e midiático” (FRIGOTTO, 2018, p. 33, destaque nosso). Assim como o impeachment de Dilma Rousseff constitui-se, segundo o autor, como golpe que apresenta um componente *jurídico*, o discurso do Escola sem Partido é, conforme nossa análise indicou, atravessado pelo universo jurídico das leis, direitos e deveres, o que lhe confere uma aparência de legalidade. Em nossa leitura, o Escola sem Partido e o impeachment de Dilma Rousseff apresentam este elemento em comum: uma aparência de legalidade que tende a ocultar sua configuração autoritária.

Interessa resgatar, nestas considerações finais, o conceito de formação ideológica. Conforme indicamos, uma formação ideológica possui como componentes formações discursivas interligadas e se relaciona a “*posições de classes* em conflito umas em relação às outras” (PÊCHEUX; HAROCHE;

HENRY, 2007, p. 28, destaque dos autores). O discurso do Escola sem Partido insere-se, justamente, num jogo de posições de classes em conflito entre si, o que aponta para o funcionamento do discurso na estrutura de relações constitutivas de uma formação social. O “solo estrutural” (FRIGOTTO, 2018) no qual se insere o Escola sem Partido remete, justamente, a posições de classe em conflito umas com as outras. Conforme nossa análise indicou, o discurso do Escola sem Partido se constitui na confluência entre uma lógica autoritária e o universo jurídico das leis, direitos e deveres, confluência que, em nossa leitura, se configura como um elemento relevante na engrenagem discursiva intrincada ao jogo de relações de classe na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ANDRADE, D. Brasil, neoliberalismo híbrido: socialdemocracia e guerra ao inimigo interno. *Anais do 43º Encontro Nacional da Anpocs*, Caxambu, 2019.

FERNANDES, A. S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*. Londrina, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009. Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/2668/3937>. Acesso em jun. 2020.

FRIGOTTO, G. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.) *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UFRJ, 2018. p. 17-34. Disponível em <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em jun. 2020.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994. p. 55-64.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; T. HAK (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1997a. p. 61-161.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997b.

PÊCHEUX, M.; HAROCHE, C.; HENRY, P. A Semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (org.) *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 13-32.

PENNA, F. A. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. *In*: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UFRJ, 2018. p. 35-48. Disponível em <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em jun. 2020.

SANTA BÁRBARA *et al.* Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. *In*: FRIGOTTO, G. (org.) *Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas da UFRJ, 2018. p. 105-120. Disponível em <http://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em jun. 2020.